



Rede Internacional de Gênero e Comércio

Boletim Mensal

(IGTN)

Vol. 6 nº 5

Setembro de 2006

Em busca da Coerência Política

www.IGTN.org

NOTÍCIAS SOBRE AS NEGOCIAÇÕES

- Globalização, Governança Global, Políticas de Comércio e Desenvolvimento: Em busca da coerência política – Mariarosaria Iorio, IGTN Genebra.
- Relatório sobre a reunião do G-20 no Rio de Janeiro – Adhemar Mineiro, REBRIP (Rede Brasileira para a Integração dos Povos), com comentários de Graciela Rodriguez – secretariado da IGTN.

A IGTN EM AÇÃO

- Presença da IGTN no Fórum Público anual da OMC.
- Comércio, Gênero e Equidade na América Latina: Gerando conhecimento para ação política – Capítulo Latino-americano da IGTN (LA-IGTN) – Alma Espino, LAGTN
- Fórum Internacional dos Povos X FMI e Banco Mundial (FIP)

RECURSOS DO GÊNERO E COMÉRCIO

- A Agenda de Doha para o Desenvolvimento (DDA) e a Ajuda para o Comércio: Ao Encontro do Elo Político – Mariarosaria Iorio, IGTN Genebra.

ANÚNCIOS E EVENTOS

- Alfabetização Econômica Popular a partir de uma Ótica do Gênero “Formando Treinadores” (TOT).
- Seminário Virtual: capacitação para incidência em negociações comerciais.

NOTÍCIAS DAS NEGOCIAÇÕES

GLOBALIZAÇÃO, GOVERNANÇA GLOBAL, POLÍTICAS DO COMÉRCIO E DESENVOLVIMENTO: EM BUSCA DE COERÊNCIA POLÍTICA

Mariarosaria Iorio, setembro de 2006, Secretariado da IGTN – Escritório de Genebra

Muitas publicações, conferências e palestras vêm tratando de ver se a globalização, as políticas de comércio e o desenvolvimento são compatíveis.

São divergentes as posições quanto a globalização e comércio conduzirem ao desenvolvimento e até mesmo quanto aos países poderem se desenvolver ou continuarem se desenvolvendo sem o comércio internacional. Entretanto, a maioria dos governos escolheu sua posição oficial: o comércio deve se expandir para que se atinja o desenvolvimento; noutras palavras, o desenvolvimento não parece possível sem um maior acesso aos mercados.

Ao observarmos e analisarmos as instituições internacionais, inclusive as agências e programas estadunidenses, podemos facilmente perceber que a idéia de que a globalização não só é inevitável

como também respaldo necessário para programas, ações e discursos.

Não obstante, quando tratamos de questões do desenvolvimento, o debate fica polêmico e apaixonado. De repente, a globalização é tida como responsável não apenas pela falta de desenvolvimento como também por impedir que se desenvolvam os países que se encontram em processo de desenvolvimento. Identificam-se aí elos entre a falta de uma verdadeira liberalização e a falta de desenvolvimento.

A imigração torna-se também uma questão mor pois os países desenvolvidos vivenciam um efeito bumerangue do subdesenvolvimento nos países pobres, por conta de grandes fluxos de imigrantes, que simplesmente buscam uma vida melhor.

Entretanto, os percentuais de ajuda pública para o desenvolvimento diminuem à medida que aumenta um sentimento de desafeto nas sociedades tanto desenvolvidas quanto em desenvolvimento. Entretanto, o sistema de governança global continua promovendo o comércio, a ajuda e a liberalização como o caminho a seguir. Embora a linguagem se adapte conforme o foro, dando ênfase ora às técnicas ora aos aspectos políticos e normativos, os governos alegam que a competitividade e o crescimento são os únicos caminhos para se atingir e manter o desenvolvimento.

Nesse contexto, o sistema vigente de governança global, constituído pelas Nações Unidas, pelas instituições de Bretton Woods e pela OMC reflete tais contradições, muito compreensivelmente. Essas organizações proclamam que seus objetivos principais são o desenvolvimento e a melhoria dos padrões de vida. Contudo, persistem divergências quanto ao caminho a seguir.

A ONU fica no dilema de escolher entre garantir e manter a paz, sem a qual o desenvolvimento não é possível.

Suas agências e programas especializados enfrentam uma menor acolhida da opinião pública. Elas dão suas contribuições, contudo, que devem se situar na abordagem reformista mais do que na busca por modelos de alternativas.

Embora criticadas, as instituições de Bretton Woods continuam promovendo seus programas de ajuste, e até consultam a sociedade civil para

legitimar suas ações. Apesar de várias oposições e revoltas, nada mudou de fato na sua filosofia de desenvolvimento.

Por fim, porém não menos importante, a OMC, organização internacional mais recente, que foi atrás de seus objetivos, inclusive o desenvolvimento através do comércio, enfrenta agora uma difícil “fase de reflexão”.

Mas como essa situação de governança global pode levar ao desenvolvimento? Como é que os países podem implementar políticas coerentes se o sistema de governança global propicia “abordagens” e caminhos diferentes para avançar o desenvolvimento estando em total concordância com o paradigma básico da globalização?

E se a liberalização e privatização juntas com seus paradigmas atrelados, ou seja, a divisão internacional do trabalho, desequilíbrios de produção e falta de políticas de redistribuição viessem a ser questionadas de uma vez por todas?

A confusão e a instabilidade são características cada vez mais comuns do multilateralismo. Essa falta de coerência nos caminhos propostos paralisa tanto as negociações do comércio internacional quanto a “diplomacia declaratória”, como a da UNCTAD e a da OMT. Seria porque não há nada de novo a declarar? Ou seria uma questão de escolhas políticas que os países precisam fazer?

Com o passar dos anos, muitas declarações se concentraram no desenvolvimento endógeno e na criação de empregos, quando os países, na verdade, vêm ficando cada vez mais subdesenvolvidos e enfrentando desemprego crescente, particularmente de mulheres. Como é possível os formuladores de políticas alegarem que é preciso reduzir a pobreza enquanto tomam medidas que a aumentam, através da criação de desemprego ou do emprego socialmente desvalorizado para as mulheres, e o Estado se desvincula do bem-estar social?

Dependendo da idéia de desenvolvimento que os Estados e os povos divulgam, pode haver chances de se formar uma sociedade internacional mais equitativa e sensível às questões de gênero. Assim, será possível uma “comunidade internacional” que faça sentido como um todo, e será possível fugir de um mundo fragmentado e dessa nova forma de polarização entre privilegiados e carentes.

RELATÓRIO DA REUNIÃO DO G20 – Rio de Janeiro, setembro de 2006

Adhemar Mineiro, REBRIP – Comentários de Graciela Rodriguez, Secretariado Global da IGTN

No sábado e domingo passado aconteceram no Hotel Copacabana Palace, no Rio de Janeiro, as reuniões do G-20, do G-20 com coordenadores de grupos de países em desenvolvimento (G-33, ACPs, Países de Menor Desenvolvimento Relativo, Grupo Africano, Economias Pequenas Vulneráveis, Algodão-4 e NAMA-11), e do G-20 com o comissário europeu de comércio, Peter Mandelson, com a representante comercial dos EUA, Susan Schwab, com o ministro japonês de Agricultura, Floresta e Pesca, Shoichi Nakagawa, e com o diretor geral da OMC, Pascal Lamy.

Em essência, as reuniões não representaram nada de novo. Uma reafirmação da vontade de seguir as conversações, no atacado, e a mesma profusão de impasses entre as diversas posições, no varejo. Os EUA cobram acesso a mercados em agricultura (da UE), NAMA e serviços (do restante), e são cobrados na questão dos subsídios, onde não oferecem resposta. Mantido este impasse, a rodada não anda, e o impasse não depende das negociações em si, mas da eleição nos EUA, da renovação ou não do TPA estadunidense, e da discussão da nova lei agrícola dos EUA (“Farm Bill”). Por isso, os prazos anunciados ao final das discussões para a retomada das conversas “oficialmente” variavam entre novembro (mês da eleição nos EUA) e março (quando deve ser aberta a discussão da nova “Farm Bill”).

Até lá, o que é possível é o que os negociadores chamavam de “negociações de baixo perfil”, ou de bastidores, reuniões de sondagens, ensaios de acordos bilaterais, conversas técnico-políticas, pressões, tentativas de divisão dos vários grupos, e assim por diante. As ameaças veladas começaram um pouco durante as conversas, com alguns falando que podem existir contradições ou assincronias entre o mandato (definido em Doha) e alguns dos instrumentos a que se chegou (roteiros de negociações determinados pelo Pacote de Julho de 2004, ou pela Ministerial de Hong Kong, ao final de 2005). Não foi à toa que o documento (comunicado de imprensa) da reunião do G-20 com os coordenadores de grupos de países em desenvolvimento foi bastante claro no seu ponto 8 (“Sublinhamos que o único resultado aceitável será aquele que estiver em conformidade com os compromissos de Doha, tal como complementados pelo Acordo-Quadro de Julho e pela Declaração

Ministerial de Hong Kong. Nesse sentido, qualquer tentativa de renegociar ou de reescrever tais compromissos é inaceitável.”). Mais claro, impossível.

De resto, a reunião foi de um certo tédio, com a maior parte das declarações (“statements”) apresentadas tendo sido redigidas anteriormente e apenas lidas na reunião.

Comentários de Graciela Rodriguez: também presente nas reuniões, juntamente com representantes da ActionAid e Oxfam. Na reunião de informe junto com as autoridades governamentais Brasileiras se insistiu que o feito “novidade” seria o de iniciar dentro do G20 negociações técnicas em relação a produtos especiais e salvaguardas. Ainda que estas negociações significariam um esforço para o G20, já que estes temas são complexos, seria um modo de preparar-se para um possível momento de retomada da Rodada de Doha. Se faria assim outro esforço a mais desde o bloqueio, já que durante a reunião Lamy reiterou o chamado ao G20 para continuar impulsionando a reiniciação da Rodada com a apresentação de novas propostas, em uma mensagem que acaba colocando certa responsabilidade para o G20 em relação a retomada de umas negociações paralisada muito mais pela intransigência do Norte em relação a concessões.

Por outro lado, todas as declarações (da REBRIP, da ActionAid e da OWINFS) foram amplamente distribuídas entre os participantes da reunião.

A IGTN EM AÇÃO

PRESEÇA DA IGTN NO FÓRUM PÚBLICO ANUAL DA OMC

Durante o Fórum Público da OMC “Que OMC para o Século XXI?”, a IGTN organizou o seu próprio painel sobre a Ajuda para o Comércio. Chamado de “Ajuda para o Comércio: Alguma Chance para o Desenvolvimento Sensível ao Gênero?”, o painel contou com a presença da representante da IGTN no Escritório de Genebra, Mariarosaria Iorio, na condição de moderadora, de Kristin Sampson, da USGTN (CoC), e de Gigi Francisco, da IGTN-Ásia, como debatedoras.

Segundo Gigi (em sua fala durante o painel), “o tópico foi bem grande no Simpósio da OMC deste

ano, onde há uma grande torcida para que as conversações interrompidas sejam reabertas. É claro que muitas de nós vieram aqui na esperança de que se aproveitasse esse momento para fazer uma grande reavaliação das fraquezas e assimetrias que persistem no sistema multilateral de comércio. Compartilhamos algumas das idéias de recuperar o lugar central e abrangente dos direitos, da equidade e do desenvolvimento sustentável na agenda do comércio.”

“A solução técnica de transversalização para a falta do gênero na Ajuda para o Comércio também significa que não vamos conseguir fazer as conexões entre um leque de políticas. Por exemplo, como os governos de países em desenvolvimento podem realmente se apropriar dos programas de redução da pobreza conforme esposado pelo Acordo de Paris sobre a Eficácia da Ajuda quando as intervenções dentro da Ajuda para o Comércio praticamente descontam outras opções de políticas para o comércio (Durano 2006)? A ajuda para o comércio pode conseguir resolver o que o FMI e o Banco Mundial vêem como “sub-investimento na reforma do comércio” mas não contribui realmente para a resolução sustentável das restrições fiscais nos países não-HIPIC onde a razão entre a dívida e o PIB pode alcançar proporções estorpecedoras como nas Filipinas (ver Manazan e Vilanueva, 2005). Até mesmo dentro da esfera menor dos mecanismos financeiros de compensação para os prejuízos relacionados ao comércio onde há miríades de questões e uma interconexão de causas, a Ajuda para o Comércio parece branda e não alcança, nem de longe, o conteúdo político e financeiro.”

Para concluir, as observações e reflexões de Mariarosaria sobre o evento foram de que “o Painel levantou várias questões interessantes quanto à relação entre a dinâmica nacional e as negociações do comércio internacional.”

“Também foram destacados os produtos especiais e o mecanismo das salvaguardas especiais com sua relevância para as mulheres. A outra questão bastante relevante para o debate foi a da transversalização do comércio e sua relação com a transversalização do gênero. As relações de gênero ainda não estão no cerne da elaboração das políticas para o comércio em níveis nacionais tanto nos países desenvolvidos quanto naqueles em desenvolvimento.”

Para obter maiores informações sobre o fórum e outros painéis, visite:

http://www.wto.org/english/forums_e/public_forum_e/forum06_e.htm

GÊNERO E EQÜIDADE DO CM NA AMÉRICA LATINA: GERANDO CONHECIMENTO PARA A AÇÃO POLÍTICA – CAPÍTULO LATINOAMERICANO DA IGTN (LAGTN)

Alma Espino, setembro de 2006, LAGTN.

A principal meta do projeto é gerar conhecimento sobre mudança econômica e social relativa a políticas do comércio e seus impactos de gênero nos países da América Latina, voltado para informar e sensibilizar os encarregados de políticas públicas e a reforçar os recursos das organizações da sociedade civil.

Esta proposta está voltada para a pesquisa e a incidência. Ela visa lançar alguma luz sobre o impacto que as políticas de liberalização do comércio têm sobre as relações de gênero ao empreender uma análise da economia do cuidado juntamente com as oportunidades do lado das mulheres abertas pelas estratégias do comércio no mercado de trabalho. A proposta de pesquisa adotou o marco de Élson para aprofundar a compreensão do que está acontecendo na economia nos níveis macro, meso e micro em termos de transmissão das políticas de liberalização do comércio para os diferentes processos econômicos e sociais.

A primeira parte da pesquisa considera os impactos dos diferentes padrões de liberalização do comércio e integração regional sobre os incentivos e os padrões de participação de homens e mulheres no mercado de trabalho para os países estudados (Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, México e Uruguai). O objetivo é analisar o impacto sobre a geração de emprego, concentrando-se nas mudanças na composição da força de trabalho em termos de sexo e habilidade. Isso vai permitir uma estimativa das oportunidades e ameaças à igualdade social e de gênero oriundas dos diferentes acordos de comércio. Entretanto, à parte das novas oportunidades de emprego surgidas, o quanto as mulheres vão poder aproveitá-las depende muito das condições que elas têm dentro de casa e das responsabilidades com o cuidado dos seus. É por isso que esse primeiro bloco também está preocupado em analisar o papel do estado, o mercado e o lar no provimento dos cuidados. O propósito aqui será o de explorar modificações na economia do cuidado oriundas

das mudanças no provimento público/privado e pago/não pago de serviços relativos ao cuidado, o quanto de relação causal elas têm com a liberalização do comércio e as conseqüências de sua simultaneidade com mudanças da participação no mercado de trabalho.

No segundo bloco, buscamos as evidências empíricas da maneira como as políticas do comércio têm afetado as instituições relativas ao trabalho e à esfera do cuidado através de uma abordagem de cadeia de valores. Vamos usar uma metodologia de “estudos de caso” para aprender sobre os mecanismos através dos quais as políticas de comércio influenciam a divisão, em termos de gênero, do trabalho, dos recursos e da tomada de decisões dentro e fora de casa. Os países a serem considerados neste bloco da pesquisa serão a Argentina, o Chile, a Colômbia e o Uruguai.

O estágio final dessa pesquisa visa fornecer aos governos e aos movimentos sociais instrumentos úteis para empreender uma análise do impacto social e de gênero causado pelas políticas do comércio e promover uma maior coerência política em torno de objetivos gerais de desenvolvimento.

Os resultados da pesquisa irão ajudar a fornecer dados e documentação para análises mais profundas sobre o impacto da liberalização do comércio, e as interconexões entre o comércio e outros processos e políticas econômicas. Espera-se que isso contribua para a articulação de um arcabouço macroeconômico alternativo voltado para o desenvolvimento econômico e social bem como e que seja usado para integrar a perspectiva de gênero à ação e à agenda dos analistas econômicos, dos atores governamentais não-governamentais e dos movimentos sociais.

FÓRUM INTERNACIONAL DOS POVOS VERSUS O FMI E O BANCO MUNDIAL (FIP)

O Fórum Internacional dos Povos versus o FMI e o Banco Mundial (FIP), que se reuniu em Batam (Indonésia) entre 15 e 17 de setembro, foi uma demonstração, questionadora mas bem-sucedida e corajosa, feita pela sociedade civil em resistência às políticas neoliberais. Segundo a organização do evento, mais de 500 indonésios e cerca de 200 indivíduos oriundos de 25 países representando pelo menos 100 organizações participaram do Fórum.

“Apesar dos muitos percalços sofridos pelos coordenadores e participantes para organizar o Fórum e se deslocar até lá, o FIP conseguiu se realizar na paz e na união, contando com abalizadas discussões, de nível profundo e significativo, sobre as políticas e práticas das Instituições Financeiras Internacionais (IFIs).”

O Fórum enfrentou inúmeros obstáculos, eventos a céu aberto foram cancelados e pelo menos 100 participantes internacionais deixaram de participar. Os relatórios da organização indicam que “pelo menos 54 indivíduos de 17 organizações foram impedidos de entrar em Cingapura, ficaram retidos sem explicação no aeroporto de Cingapura, sujeitos a interrogatórios sob custódia e, lamentavelmente, alguns chegaram até a ser deportados. Além disso, muitos continuam a enfrentar problemas para entrar em Cingapura a caminho de casa. Ainda não receberam explicação alguma do governo de Cingapura ou do Banco Mundial e FMI sobre as razões disso.”

Dentre essas pessoas estão Gigi Francisco e Naty Bernardino, da IGTN-Ásia, também coordenadoras do Fórum, impedidas de entrar em Cingapura e, portanto, impedidas de participar de seu próprio painel e demais eventos em Batam.

Em resposta ao impedimento e maus tratos perpetrados contra indivíduos, os organizadores do FIP lançaram um boicote ao engajamento oficial entre as instituições Banco Mundial e FMI e a sociedade civil nas reuniões anuais. Depois que os indivíduos foram “des-impedidos”, o boicote foi reafirmado e as ações do governo de Cingapura declaradas como “demasiadamente pequenas e tardias”. A IGTN endossa os boicotes e assinou as declarações.

Como análise final, os organizadores do FIP consideraram “o Banco Mundial e o FMI responsáveis por políticas e ações que levam à intensificação da pobreza e da miséria, à violação dos direitos humanos básicos, à restrição das liberdades políticas e civis básicas, ao prejuízo da soberania nacional e governança democrática, e à subversão do direito ao desenvolvimento”.

RECURSOS DO GÊNERO E COMÉRCIO

A AGENDA DE DOHA PARA O DESENVOLVIMENTO (DDA) E A AJUDA PARA O COMÉRCIO: AO ENCONTRO DA POLÍTICA

Mariarosaria Iorio, agosto de 2006, Secretariado Global – IGTN Genebra

Artigo técnico de autoria da representante da IGTN baseada em Genebra, Maria Rosaria Iorio, sobre a Agenda de Doha para o Desenvolvimento e a Ajuda para o Comércio. O trabalho faz uma análise crítica do embasamento e dos princípios da Ajuda para o Comércio conforme apresentados pela Força Tarefa para o Conselho Geral de 27 de julho de 2006 e identifica políticas e problemas, e indicadores que avaliam a eventual implementação da Ajuda para o Comércio. Encontram-se ali uma análise e um questionamento das referências e princípios teóricos de apoio à Ajuda para o Comércio bem como são oferecidas conclusões e recomendações.

Encontra-se disponível em:

<http://www.igtn.org/page/703>

RESPOSTA DAS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL AO PRIMEIRO ESBOÇO DE APE ENTRE A ÁFRICA ORIENTAL E SETENTRIONAL

Organizações da Sociedade Civil na região da África Oriental e Setentrional instaram Ministros a rever toda a proposta de Acordo de Parceria Econômica (APE) bem como a considerar seriamente e propor alternativas para resolver o problema de manter acordos preferenciais de comércio com a União Europeia (EU).

Encontra-se disponível em:

<http://www.igtn.org/page/704/1>

ANÚNCIOS E EVENTOS

ALFABETIZAÇÃO ECONÔMICA POPULAR A PARTIR DE UMA ÓTICA DO GÊNERO “FORMANDO TREINADORES” (TOT)

13 a 17 de novembro de 2006, Rio de Janeiro

No marco do programa “Ligando a Militância em prol da Alfabetização Econômica e a Conscientização para o Empoderamento das Mulheres em Âmbito Mundial”, a WIDE em conjunto com a IGTN convidam os interessados em se candidatar a uma participação como treinadores num curso sobre alfabetização econômica pela ótica do gênero numa sessão de 4 dias que será realizada entre os dias 13 e 17 de novembro no Rio de Janeiro, Brasil.

Sobre o *workshop* “Formando Treinadores”

A sessão contará com cerca de 22 candidatas do mundo inteiro (até 3 por região) e o propósito é o que se segue:

- Fortalecer a sustentabilidade das organizações / redes que participam do programa através de um processo de formação de treinadores.
- Aumentar o conjunto de educadoras populares de alfabetização econômica pela ótica do gênero.
- Aprimorar o conhecimento das metodologias populares de alfabetização econômica e desenvolver as habilidades que irão facilitar a formação.
- Fortalecer argumentações para a incidência política com relação a gênero e economia.
- Compartilhar e intercambiar informações entre organizações e regiões do mundo inteiro.

As principais questões temáticas a serem cobertas durante o *workshop* são:

1. O patriarcado econômico a partir da ótica feminista – Globalização, Liberalização, Abordagem de Interseccionalidade.
2. Alternativas econômicas e feministas
3. Deterioração do sustento de mulheres e estratégias existentes para conter essa tendência

em vários níveis (pessoal, comunitário, nacional, internacional).

4. Agenda feminista.

As treinandas deverão vir preparadas conforme orientação das treinadoras para que o evento seja plenamente participativo (por exemplo, trazendo material de base específico de cada região, estudos de caso etc.). Algumas das participantes selecionadas podem ser entrevistadas pelos facilitadores no início de outubro de 2006.

Esse curso de formação não é isolado e faz parte de um programa contínuo. O comprometimento pedido às candidatas escolhidas vai, portanto, além deste *workshop*. As candidatas deverão se envolver com o programa de treinamento das organizações que apóiam sua participação e continuar trabalhando em formação econômica popular na região.

O programa do *workshop* TOT será passado às candidatas em breve.

As condições para se candidatar são as seguintes:

1. Sólida experiência como treinadora e motivação para se engajar em formação popular para adultos (ONGs, movimentos sociais etc.)
2. Participação como treinanda em *workshops* regionais/nacionais de alfabetização econômica que tenham ocorrido anteriormente
3. Ótimo conhecimento das questões de gênero
4. Sólida compreensão das questões econômicas
5. Comprometimento em propiciar apoio à organização encarregada do programa regional de alfabetização econômica
6. Comprometimento com cursos de alfabetização econômica num estágio posterior (fazendo parte de um banco de dados de treinadores disponível para treinar um público)
7. Fluência em inglês (não será fornecido serviço de tradução)

Para obter maiores informações, queira entrar em contato com: generoycomercio@arnet.com.ar

SEMINÁRIO VIRTUAL: CAPACITAÇÃO PARA INCIDÊNCIA NAS NEGOCIAÇÕES DO COMÉRCIO ENTRE 25 DE SETEMBRO E 8 DE DEZEMBRO DE 2006

A Rede Latino-americana de Gênero e Comércio, a ActionAid International – Américas, a Rede ComAgr e a Aliança Social Continental, com o apoio do IDRC, lançaram esta semana o seminário virtual “Capacitação para incidência nas negociações do comércio”.

O seminário pretende divulgar informações e fortalecer os movimentos sociais e a capacidade das mulheres em influenciar distintas negociações comerciais, com ênfase particular na relação entre a América Latina e a União Européia. Ele é voltado para gente do movimento das mulheres, organizações sociais e de base, sindicatos e agremiações com inserção, interesse e compromisso institucional com o tema, conhecimento geral de gênero e economia e que se encaixem nos requisitos tecnológicos.

O seminário será todo através da Internet pelo site www.seminariovirtual.com.ar, ministrado em espanhol e português.

As inscrições estão fechadas e o seminário começou no dia 25, mas se você tiver alguma pergunta ou interesse, visite o site: www.seminariovirtual.com.ar.

Para assinar ou cancelar assinatura do Boletim Mensal da IGTN, vá para o endereço: https://charlie375.server4you.de/cgi-bin/mailman/listinfo/igtn_bulletin

Para ler Boletins antigos, vá para o site da IGTN: <http://www.igtn.org/page/bulletins/>

Boletim editado por: Fabiana Comparato